



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Fernanda Paula do Nascimento

A precarização do trabalho docente: um estudo sobre a situação dos professores/as de sociologia das escolas estaduais de Joinville.

Florianópolis

2012

Fernanda Paula do Nascimento

A precarização do trabalho docente: um estudo sobre a situação dos professores/as de sociologia das escolas estaduais de Joinville.

Trabalho de Conclusão de Licenciatura
Apresentado ao curso de graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciada em Ciências Sociais.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Nise Jinkings

Florianópolis

2012

Fernanda Paula do Nascimento

A precarização do trabalho docente: um estudo sobre a situação dos professores/as de sociologia das escolas estaduais de Joinville.

Trabalho de Conclusão de Licenciatura apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais, aprovado em ___/___/___ pela banca composta pelos seguintes membros:

Banca Examinadora:

Prof.^a, Dr.^a Nise Jinkings (Orientadora)
Departamento de Metodologia de Ensino, UFSC.

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa
Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC.

Prof.^a, Dr.^a. Roselane Fátima Campos
Departamento de Metodologia de Ensino, UFSC

Florianópolis
Julho 2012

Resumo

O presente artigo analisa a precarização do trabalho docente nas escolas da rede estadual de ensino da cidade de Joinville, tendo como foco os/as professores/as de sociologia. Através da revisão da literatura produzida em torno das questões relacionadas ao sistema educacional brasileiro, precarização do trabalho docente, ensino de sociologia nas escolas de ensino médio brasileiras, de questões históricas, políticas e econômicas da cidade de Joinville, bem como de dados disponibilizados pela Gerência de Educação, buscamos identificar alguns problemas significativos enfrentados pelos docentes de sociologia que trabalham nas escolas estaduais de Joinville. Finalmente apontamos alguns caminhos que possam contribuir na construção de um sistema educacional mais crítico, reflexivo e de qualidade que valorize o trabalho docente.

Palavras chave: Precarização do trabalho docente. Ensino de Sociologia. Educação escolar. Sistema de ensino.

Abstract

This article examines the precariousness of teaching in public state schools in Joinville. Focusing on the sociology teachers. Through of the review of literature produced on issues related to the Brazilian educational system, the situation and the precariousness of teaching sociology in high schools in Brazil, the historical issues, and economic policies in Joinville, as well as available data by the Education Department, identify what are the biggest problems faced by sociology teachers who work in state schools in Joinville. Finally we point out some ways that can contribute to building an educational system more critical, and reflective quality that enhances the teaching profession.

Keywords: Precariousness of teaching. Teaching of sociology. School education. Education system.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Efetivos e ACT's _____	15
Gráfico 2 - Habilitados e não-habilitados _____	16
Gráfico 3 – Área de formação _____	17
Gráfico 4 – Formação em andamento _____	18

Sumário

Introdução	6
1. Precarização do trabalho docente	8
2. A sociologia nas escolas brasileiras	10
3. Sociologia nas escolas de Santa Catarina	12
4. Elementos da História de Joinville	13
5. A sociologia nas escolas estaduais de Joinville	15
Conclusão	20
Referências bibliográficas e eletrônicas	22

Apresentação

Inicialmente será apresentado um panorama geral da precarização do trabalho docente no Brasil. Em seguida analisaremos a situação dos/as professores/as de sociologia nas escolas brasileiras e no Estado de Santa Catarina. Ainda nesse artigo abordaremos, brevemente, um pouco da história da cidade de Joinville e a situação do ensino de sociologia e do trabalho docente das escolas estaduais dessa cidade. Finalmente apresentaremos as principais conclusões finais da pesquisa.

Introdução

A literatura sobre a precarização do trabalho docente no Brasil vem crescendo nos últimos anos. Muito se deve aos efeitos do neoliberalismo que institui a eficiência, a cultura instrumental e a velocidade, deixando de lado a reflexão crítica e cientificamente embasada da realidade. Isso ajuda na pauperização dos docentes, bem como na intensificação de trabalho nas escolas e por consequência falta de qualidade da educação.

Como a disciplina de sociologia tem uma história conturbada na educação brasileira, no sentido de estar ou não nos currículos das escolas, cabe analisar as dificuldades encontradas no ensino da disciplina. Tanto relativas à falta de profissionais adequados para lecionar sociologia, como às precárias condições laborais dos professores/as que se arriscam a trabalhar com a disciplina sem condições e formação nas ciências sociais.

Cabe ressaltar que a análise apresentada neste artigo baseia-se na realidade do ensino de sociologia nas escolas da rede estadual de ensino da cidade de Joinville, cidade esta que, mesmo sendo a maior do Estado, não conta com curso de graduação em ciências sociais. Há um curso de sociologia com uma única turma numa Universidade privada da cidade, outro curso de três anos na modalidade de ensino a distância de sociologia oferecido por outra instituição privada e recentemente encerraram-se as inscrições para um curso de sociologia promovido pela Plataforma Freire¹. Isso agrava a

¹ Sobre a Plataforma Freire ver:
(http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13829&Itemid=86)

situação, fazendo com que os professores habilitados em outras disciplinas como história, filosofia e geografia preencham o quadro de professores.

Posto isso, entendemos como tarefa importante o questionamento e as análises críticas a respeito do sistema estadual de ensino na cidade de Joinville, no que concerne, principalmente, à disciplina de sociologia. O texto se apóia na produção literária e acadêmica, construída a partir de pesquisas de campo que estudaram as realidades sociais, econômicas e históricas nas quais se situa o sistema escolar de Joinville. Fundamenta-se também em pesquisas e produção teórica reflexivas voltadas para o questionamento do atual sistema educacional brasileiro, que é praticamente todo voltado para a entrada no mercado de trabalho, bem como para a apropriação de técnicas e práticas que ajudam na perpetuação de um sistema desigual, excludente e opressivo, que é o nosso.

Além de analisar a situação de trabalho dos/as professores/as de sociologia das escolas estaduais de Joinville, o artigo situa a educação escolar em Joinville no sistema estadual de ensino de Santa Catarina, buscando compreender suas determinações históricas, políticas e econômicas. Ao mesmo tempo, traça um quadro sintético do ensino médio em Joinville, incorporando dados das escolas da rede estadual de ensino e dos/as professores/as de Sociologia que atuam nessas escolas com relação ao vínculo empregatício e sua formação.

1. Precarização do trabalho docente

A precarização do trabalho docente vem se desenvolvendo nas últimas décadas no Brasil e na América Latina. Oliveira (2004) apresenta como principais características do trabalho precarizado,

O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o desrespeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de estado tem tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público. (Oliveira, 2004)

Essas formas precarizadas de trabalho podem ser facilmente percebidas no trabalho docente das escolas estaduais de Joinville. São inúmeros os casos de professores/as sem formação adequada, em difíceis condições estruturais e físicas de trabalho, com pouco tempo para a preparação de aulas e conteúdos, salários não condizentes com a função e o tempo de estudo e formação. E ainda podemos citar a flexibilidade exigida para esses profissionais que, além de atuarem como facilitadores, agentes e organizadores dos conhecimentos em sala de aula são vistos como responsáveis pela mudança do país, educação integral de crianças e jovens, por funções de psicólogos, assistentes sociais, pais e mães.

O trabalho docente já foi alvo de inúmeros estudos e no Brasil desenvolveu-se em períodos distintos, marcados por diferentes concepções de educação. No primeiro capítulo de sua obra “Escola e Democracia”, Demerval Saviani analisa diversas teorias educativas. Ele as divide em dois grupos: teorias não críticas e crítico reprodutivistas. As primeiras, que pensam a educação com a função de solucionar problemas e garantir a integração social, estão divididas em a) Pedagogia tradicional; b) pedagogia nova; c) pedagogia tecnicista. A tradicional inicia-se com a ascensão da burguesia e com a organização dos sistemas nacionais de ensino em meados do século XIX. Entende que os marginalizados são aqueles que não são esclarecidos, por isso a escola tem o papel, centrado na figura do professor, de tornar os ex-súditos cidadãos, transmitindo os conhecimentos acumulados historicamente. Ela também aparece como um espaço de disciplina e organização. Já a pedagogia nova surgiu como uma crítica à pedagogia tradicional. Pois aparece mudando o eixo central do processo de ensino e aprendizagem para os alunos, preocupando-se com as diferenças entre eles, colocando o método de ensino em primeiro lugar. Saviani afirma: “Em suma, trata-se de uma teoria pedagógica

que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender.” (Saviani, 2005, p.21) Aqui os alunos são estimulados a estudar de acordo com seus interesses, enquanto a escola passaria de um ambiente disciplinado, como na pedagogia tradicional, para um ambiente livre, vivo, solto. Essa pedagogia acabou alcançando um número pequeno de alunos, os quais participavam de uma elite social. Já a pedagogia tecnicista surge após visível exaustão da pedagogia nova. Ela tem como princípios: “[...] neutralidade, eficiência e produtividade [...]” (Saviani, 2005, p.23) Agora, em oposição à última pedagogia, a educação deve ser objetiva e operacional. Aqui nem professor e nem aluno são o centro, mas sim os meios de ensino organizados racionalmente.

Na atualidade, vivemos um momento de intensa confusão com relação às funções que devem ser exercidas pelos docentes e que espaço que ocupam no sistema educacional. Nesse contexto Dalila Andrade de Oliveira afirma:

Muito se tem discutido sobre a centralidade dos professores, nos programas governamentais, como agentes responsáveis pela mudança nos contextos da reforma (Vieira, 2004; Oliveira, 2003; Hypólito, 1997; Apple, 1995; Torres, 1996). São, em geral, considerados os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema. Diante desse quadro, os professores vêm-se, muitas vezes, constrangidos a tomarem para si a responsabilidade pelo êxito ou insucesso dos programas. (Oliveira 2004,p.1132)

Desta maneira, percebemos que à primeira vista o peso do atual fracasso da educação nacional cai sobre o corpo docente das escolas. Pois agora a função dos professores não compreende apenas a sala de aula, mas sim a gestão da escola, a produção de projetos educacionais, o planejamento anual das atividades da instituição, os problemas relacionados à participação dos pais e responsáveis na escola, as reuniões pedagógicas, etc. Oliveira (2004) afirma que:

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante. (Oliveira, 2004, p.1132).

Com baixa remuneração, falta de compreensão das reais atividades e funções de um professor, trabalho em demasia, pouco tempo para planejamento de aula, contratos anuais que não garantem continuidade da carreira, falta de formação adequada, dentre

outras situações que dificultam suas atividades educativas, os/as professores/as estão em pleno processo de precarização do trabalho.

O espaço incerto que a sociologia ocupa nas escolas brasileiras contribui para a precarização do trabalho docente. Nesse sentido, analisaremos brevemente a trajetória incerta da disciplina e a necessidade de valorização da licenciatura para consolidação da sociologia nas escolas.

1. A sociologia nas escolas brasileiras

Foi somente em 1925, com o decreto da Reforma Rocha Vaz, que foi instaurada a obrigatoriedade da disciplina de sociologia no Brasil. A disciplina seria trabalhada no sexto ano ginasial apenas. Entretanto, a partir daí tivemos várias mudanças com relação ao espaço que a disciplina ocuparia no sistema escolar, bem como se ocuparia espaço como disciplina obrigatória.

Silva (2007), discutindo os desafios para a constituição da sociologia como disciplina escolar, afirma que:

No campo de estudo das disciplinas, dos currículos, ou, na sociologia do currículo podemos encontrar elementos que ajudem apreender os sentidos que levam a constituição da sociologia como saber escolar. Como saber escolar ela pode sempre estar presente nos currículos em disciplinas tais como: História, Geografia, Literatura, entre outras; mas, como disciplina ela aparece, desaparece, reaparece, enfim tem um “lugar” instável, desconfortável e incerto. (SILVA, 2007, p.405)

Esse “lugar” instável que a disciplina ocupa dificulta, além de sua consolidação como disciplina importante e necessária na educação brasileira, a qualidade de ensino, a formação de profissionais aptos para lecionar a disciplina, a produção de material didático que incite a reflexão crítica, etc.

Jinkings (2007), em seu artigo: “Ensino de Sociologia: Particularidades e desafios contemporâneos” constata que nos últimos anos, principalmente após agosto de 2006, quando se tornou obrigatório o ensino de filosofia e sociologia no ensino médio das escolas brasileiras, o interesse pela publicação de material didático para essas disciplinas vem aumentando. A autora assinala também que existe uma luta intensa pela consolidação da disciplina e pela formação qualificada de professores, tendo como consequência a reformulação de alguns currículos de universidades, para que a

licenciatura em ciências sociais ou sociologia seja valorizada como espaço de formação.

Ela afirma:

A licenciatura torna-se uma temática investigativa da maior importância nos dias de hoje, quando as novas formas de sociabilidade capitalista implicam dilemas e desafios no campo educativo, levando a um repensar de práticas e concepções pedagógicas. Ao mesmo tempo, reflexões e debates tem ocorrido no âmbito das universidades, buscando valorizar a licenciatura e o magistério e enfrentar a dissociação histórica entre licenciatura e bacharelado nos cursos de graduação. (JINKINGS, 2007, p. 124)

Através da valorização da licenciatura nas universidades, da presença de cursos e oficinas que atualizem e contribuam para uma formação contínua dos docentes, da melhoria das condições materiais e de trabalho nas escolas, da realização de aulas de sociologia embasadas nos fundamentos teóricos da área e na análise crítica da realidade social contemporânea, acreditamos que alcançaremos um lugar estável para a disciplina. Ao mesmo tempo, acreditamos que a sociologia pode contribuir, enquanto saber escolar, para o entendimento da vida social na sua dimensão histórica, em constante transformação. Desse modo, propiciando a superação de noções de senso comum que naturalizam os fenômenos sociais que nos rodeiam e que não vislumbram as possibilidades de uma transformação que gere relações sociais e econômicas mais justas e iguais.

No Estado de Santa Catarina a sociologia também encontra diversas dificuldades ligadas a sua firmação como disciplina obrigatória, principalmente devidas à ausência ou insuficiência de políticas públicas voltadas para uma educação escolar de qualidade. Em contraponto ao desinteresse dos órgãos governamentais responsáveis pela educação pública estadual, tem ocorrido diversas paralisações, manifestações e greves de professores, encabeçadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina – SINTE.

2. Sociologia nas escolas de Santa Catarina

A literatura específica sobre a situação da disciplina de sociologia nas escolas catarinenses ainda é pequena. Entretanto, queremos colaborar nesse sentido e ainda defender a importância da publicação de estudos desse tipo. Pois, faz parte da contribuição acadêmica a produção de estudos e análises que possam contribuir de

forma contundente com a reflexão, discussão e, conseqüentemente, luta por uma educação de qualidade para um ser humano pleno.

Os estudos que já foram desenvolvidos nos trazem um campo vasto de perspectivas e ações possíveis. É evidente, na maioria das pesquisas, a constatação da dura realidade enfrentada pelos professores/as quanto à situação física/estrutural das escolas, à falta de formação adequada, aos baixos salários, ao excesso de trabalho, às dificuldades com a gestão da escola, que na maioria das vezes, está ali apenas para administrar de forma “eficiente” a fim de gerar o maior número de estudantes formados ao final de cada ano. Jinkings colabora nesse sentido afirmando a “[...] permanência da situação de precariedade na qual se realiza o ensino de Sociologia, apesar da conquista da obrigatoriedade da disciplina nos currículos do ensino médio do Estado de Santa Catarina, há mais de dez anos.” (JINKINGS, 2011, p.106)

Por outro lado, as pesquisas já realizadas tem nos animado mostrando que ainda existem profissionais motivados com a educação que criam alternativas para um ensino crítico e reflexivo da realidade. O que se contrapõe com o quadro educacional mais comum que prega a eficiência, velocidade e formação para o mercado de trabalho apenas. Jinkings, através de pesquisas realizadas na Universidade Federal de Santa Catarina com os estudantes de duas disciplinas da licenciatura, atesta que: “os ganhos da pesquisa empírica mostram também situações criativas de ensino, nas quais professores tentam enfrentar os obstáculos postos por suas difíceis condições de trabalho e pela frágil tradição pedagógica da disciplina de Sociologia.” (Jinkings, 2011, p.106)

A obrigatoriedade do ensino de sociologia no estado de Santa Catarina veio com a promulgação da lei estadual nº LC 173/98 (Art. 1º). A partir daí a disciplina vem enfrentando inúmeros desafios no estado. Só nos últimos 12 meses tem-se registrado a realização de duas greves dos/as professores/as estaduais. A primeira no primeiro semestre de 2011 e a segunda no primeiro semestre de 2012. As reivindicações estão relacionadas ao cumprimento da Lei Nacional do Piso do Magistério (Lei 11.738), que não é cumprida integralmente em 16 estados e em dezenas de municípios brasileiros, à exigência de realização de concurso público para a contratação de novos professores, o que não ocorre há oito anos, à implementação da hora atividade correspondente a 1/3 da jornada de trabalho, dentre outras. O atual governo do Estado e sua secretaria da educação mostram-se pouco sensibilizados com relação aos grandes problemas

encontrados na educação pública. Ainda que discursos de seus representantes e documentos institucionais afirmem se importar com a categoria e com a qualidade da educação, os órgãos não parecem interessados em discutir alternativas e soluções para o fracasso do sistema, como revelam as difíceis negociações com os professores por ocasião das greves. Isso fica evidenciado na notícia publicada no site do SINTE Regional Joinville, no dia seis de junho:

O cancelamento da Reunião do dia 06/06 com os/as representantes do sindicato e o CONER deixou a clara impressão de que o assunto está sendo mais uma vez empurrando com a barriga pelo governo. A proposta do SINTE era de que os assuntos do educacional deveriam ser tratados separadamente da carreira e tabela para que as reuniões tivessem maior foco e objetividade. O governo não concordou com a proposta, afirmando que a discussão só seria feita em um único pacote levando ao resultado que tínhamos, ou seja, reuniões sem objetividade e nenhuma proposta que viesse de encontro aos interesses defendidos pelo SINTE/SC. (Em: <http://sintejoinville.blogspot.com.br>. Acesso em 06 de junho de 2012)

Joinville, como maior cidade do Estado catarinense, também enfrenta inúmeras dificuldades na educação. Seu contexto e percurso histórico colaboram no entendimento da realidade escolar, como veremos no tópico a seguir.

3. Elementos da História de Joinville

Formada, inicialmente, por colonizadores europeus, a cidade joinvillense é rica na diversidade cultural e étnica, como afirma o IPPUJ de Joinville:

A diversidade étnica foi uma característica do processo colonizador em Joinville. À população luso-brasileira e negra juntaram-se, sobretudo, os germânicos (alemães, e suíços que eram maioria no início – noruegueses, austríacos, suecos, dinamarqueses, belgas e holandeses) franceses e italianos. (IPPUJ, 2011)

A cidade de Joinville é classificada como uma cidade industrial a partir da década de 1970 e considerada o 3º pólo industrial da região sul, ficando atrás apenas de Porto Alegre e Curitiba. Isso se deu, principalmente, por conta do surto de crescimento que a cidade viveu entre 1950 e 1980 após parar de receber produtos industrializados da Europa. O que fez com que aumentasse significativamente a construção e a implementação de indústrias, fábricas e empresas de variados ramos.

Muitas dessas indústrias ainda estão estabelecidas na cidade, dentre elas citamos: Fundação Tupy – considerada a maior fundição da América Latina –, Embraco, Consul, Britânia, Lepper, Tigre, Parque Perini, Wetzell e Gidion.

Segundo dados do censo de 2010 a população de Joinville é de 515.250 mil pessoas, alcançando a maior população do Estado catarinense. O PIB da cidade também é o primeiro do Estado².

Diante dos dados do IBGE do ano de 2000, a cidade de Joinville é 93,3% alfabetizada. São 378 as escolas localizadas na região para atender a demanda de estudantes, entre elas, 52 são destinadas para o ensino médio, onde a disciplina de sociologia é oferecida. Também é visível o grande número de instituições que oferecem cursos técnicos, tanto públicas como privadas, para suprir a força de trabalho necessária. Ainda estão presentes em Joinville várias instituições de ensino superior privadas, bem como um campus da UDESC que oferece cursos voltados para áreas matemáticas e de engenharias; recentemente foi implantado um campus da UFSC que oferece o curso de engenharia da mobilidade. Nota-se a importância que as indústrias tem em Joinville, já que a maioria dos cursos superiores é voltada para as áreas de tecnologias e engenharias. Importante ressaltar que Joinville não dispõe de nenhum curso de ciências sociais, e que uma universidade privada iniciou uma turma de sociologia há três anos, mas não abriu novas turmas. Entretanto, em junho deste ano, encerraram-se as inscrições para profissionais da educação interessados em cursar sociologia através da plataforma Freire³; as aulas serão realizadas às sextas pela noite e sábados durante o dia. O curso terá caráter semi-presencial. Isso se deve à falta de professores dessa área na cidade para atuar nas escolas, tanto da rede pública quanto privada. Ainda temos um curso superior em sociologia realizado na modalidade de ensino a distância com duração de três anos, mas que ainda não formou ninguém devido ao pouco tempo de sua vigência.

Nessa cidade com forte cunho industrial e extremamente ligada à formação nas áreas das chamadas ciências exatas, os problemas relacionados ao ensino de sociologia também são relevantes. Sendo assim, analisaremos o sistema estadual de ensino das escolas de Joinville, tendo como foco a precarização do trabalho docente no que tange a disciplina de sociologia especificamente.

4. A sociologia nas escolas estaduais de Joinville

²11.474.511 PIB (2009)

³ Ver nota 1

Atualmente são 52 as escolas públicas em Joinville que oferecem o ensino médio, como já foi assinalado. Elas estão espalhadas por todas as regiões de Joinville. Algumas atuam apenas em um período, enquanto outras em dois, três ou até quatro períodos.⁴ Dentre essas escolas, algumas estão, atualmente, interditadas pelas más condições estruturais apresentadas. Para evitar a perda de aulas a Gerência de Educação do Estado encaminha os estudantes das escolas interditadas para outras escolas que dispõem de espaço sobrando, ou algum turno não utilizado ou esvaziado. Isso gera um grande transtorno e desgaste por parte dos professores, estudantes e gestores escolares. Isso porque o trajeto, feito através de ônibus entre uma escola e outra, pode ser longo, cansativo, pouco confortável, ainda mais com escolas grandes, que chegam a dois mil alunos somando os três e até quatro turnos.⁵

Além dos problemas enfrentados pelas interdições nas escolas, a educação em Joinville, bem como no Estado de Santa Catarina em geral, sofre com relação à falta de professores, à falta de incentivo à formação, à ausência de livros didáticos para todos os estudantes, bem como de computadores com softwares atualizados, rede de Internet potente, data show funcionando, portas e janelas de qualidade, livros para pesquisa e leitura na biblioteca, etc.

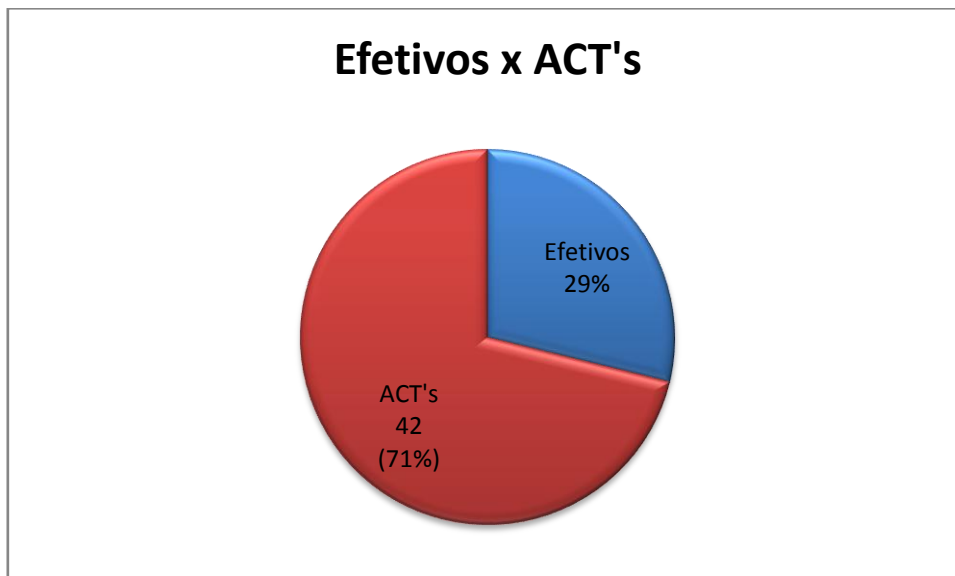
Com ajuda da Gerencia Estadual de Educação (GERED) tivemos acesso ao nome e à formação dos/as atuais professores/as de sociologia que atuam na rede estadual de ensino na cidade de Joinville. Queremos enfatizar que a contratação de professores/as admitidos/as em caráter temporário, os chamados ACTs, acontece diariamente na sede da GERED, e que por isso, os dados podem ter sofrido alguma modificação desde sua coleta, em abril de 2012. A partir da tabulação dos dados encontrados construímos alguns gráficos para facilitar a visualização. Cabe ressaltar que utilizaremos os números absolutos ao invés de trabalhar com porcentagem, já que os percentuais acabam não sendo claros quando expressam valores pequenos.

O gráfico a seguir traz os números com relação a professores/as de sociologia que são admitidos através de concurso público, com vínculo regular de trabalho,

⁴ Os quatro períodos são: matutino, vespertino, noturno e intermediário, este em menor frequência, entretanto, ainda existente, acontece entre as 10h e 14h.

⁵ Até a apresentação do presente artigo as escolas interditadas são três: Escola de Educação Básica Monsenhor Sebastião Scarzello, interditada no ano passado, Escola de Educação Básica Alícia Bittencourt e Escola de Educação Básica Francisco Eberhardt, sendo que as duas últimas estão em reforma.

conhecidos como efetivos e os professores admitidos em caráter temporário, chamados de ACT.



Fonte: Dados disponibilizados pela GERED de Joinville.

Os números relacionados ao vínculo empregatício dos/as professores/as de sociologia são reflexo da falta de realização de concurso público para professores no estado de Santa Catarina. Segundo o gráfico, 42 (71%) professores/as de sociologia da rede estadual das escolas de Joinville são professores admitidos em caráter temporário, os chamados ACTs. Muitas dificuldades são enfrentadas em particular por professores ACTs. Por exemplo, todo início de ano existe uma chamada da GERED para escolha de vaga; lá são chamados os professores, obedecendo-se a uma ordem previamente determinada por meio de uma prova de conhecimentos gerais e específicos. Entretanto, os professores correm o risco de não encontrar vaga alguma, ou vagas próximas de suas casas, ou ainda serem levados a trabalhar em outra disciplina. Os contratos podem ter de 15 dias a um ano de duração, o que acarreta mais insegurança aos/as trabalhadores/as. Ainda podemos lembrar que os contratos de um ano encerram-se em dezembro e que os/as professores/as voltam a ser contratados apenas em meados de fevereiro, quando iniciam as aulas. Esse período, entre o final e o início do ano letivo, implica um aumento da precarização, já que os professores ficam sem contrato de trabalho e por consequência sem salário.

O gráfico 2 apresenta quantos são os/as professores/as habilitados e os não habilitados, ou seja, aqueles que tem formação completa em curso superior ou magistério e estão trabalhando na área de sua formação são considerados/as professores/as habilitados. Já aqueles que estão cursando uma graduação, ou são contratados para trabalhar em uma área que não é a área de sua formação são os/as professores/as não habilitados. Portanto, aqueles docentes que lecionam sociologia, mas tem formação plena em história ou geografia, por exemplo, são considerados não habilitados.

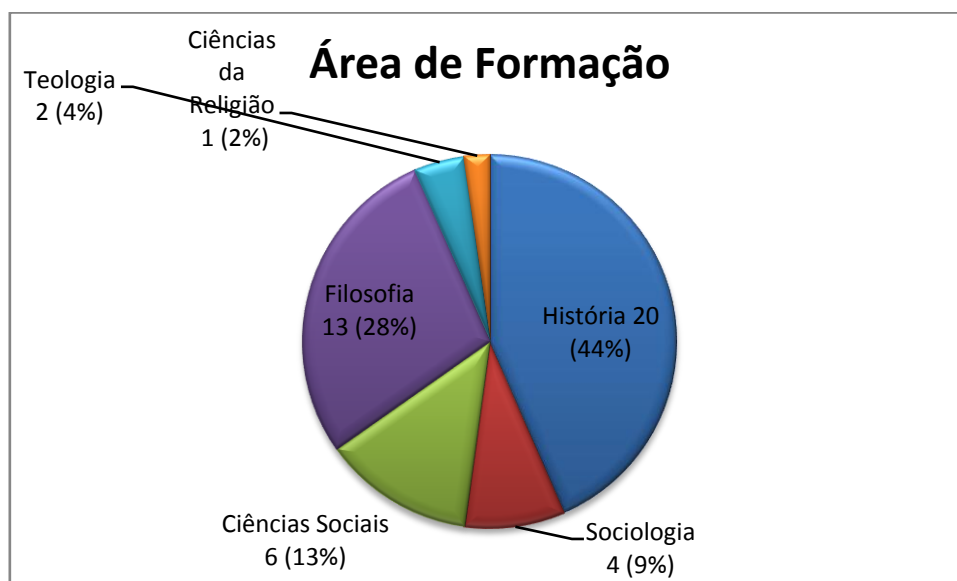


Fonte: Dados disponibilizados pela GERED de Joinville.

Os/as docentes habilitados, ou seja, aqueles que apresentam graduação plena em ciências sociais ou sociologia são apenas nove no município. Já os não habilitados, aqueles que ainda estão cursando uma graduação ou trabalham com disciplina para a qual não tem a formação necessária, são 50.

Vale ressaltar que o número de professores/as não habilitados no Estado é grande, pois falta força de trabalho para suprir o quadro de profissionais da educação. Diante disso, uma das alternativas é contratar estudantes de graduação a partir da terceira fase dos cursos. Interessante notar que, quando não se encontra estudantes de áreas afins chega-se ao ponto de contratar profissionais de outras áreas como é um caso ilustrado no gráfico a seguir.

No gráfico 3 apresentamos a formação dos professores de sociologia de Joinville que trabalham na rede estadual de ensino e que em sua maioria são formados em áreas distintas, que não sociologia e nem ciências sociais.



Fonte: Dados disponibilizados pela GERED de Joinville.

A formação dos/as professores/as que lecionam sociologia nas escolas estaduais de Joinville e que concluíram o ensino superior, atualmente, é dividida em seis áreas: História, Teologia, Ciências Sociais, Ciências da religião, Filosofia e Sociologia. Dentre esses, 20 são formados em história, 13 em Filosofia, 6 em Ciências Sociais, 4 em Sociologia, 2 em Teologia e 1 em Ciências da Religião. Acreditamos que os profissionais mais aptos para trabalhar com a disciplina de sociologia são aqueles que tem formação na área de ciências sociais e, obviamente, sociologia. Entretanto, esses perfazem um total de 10 professores/as apenas. É principalmente por falta de profissionais formados na área, pelo insuficiente investimento em licenciaturas na região e pela baixa remuneração dos/as professores/as, que não condiz com a complexidade das atividades docentes, que a Gerência de Educação contrata profissionais de áreas distintas para o ensino de sociologia, o que desqualifica as aulas e dificulta o aprendizado do conhecimento acumulado pelas ciências sociais.

O gráfico 3 evidencia a carência da cidade de Joinville com relação a formação nas áreas de ciências sociais e sociologia. A cidade tem forte investimento de instituições educacionais, tanto públicas como privadas, nas áreas exatas, muito por conta do mercado de trabalho da cidade. Entretanto, é visível que há carência no

conjunto das áreas vinculadas às ciências humanas, principalmente no que tange o sistema educacional.

O gráfico número 4 apresenta a formação daqueles/as professores/as que não tem ensino superior completo, ou seja, estão cursando uma faculdade ou universidade.



Fonte: Dados disponibilizados pela GERED de Joinville.

Os professores sem ensino superior completo estão cursando quatro áreas distintas: Ciências Sociais, Sociologia, História e Ciências Biológicas. A maioria está cursando sociologia (8), 3 cursam história, enquanto 1 está cursando ciências sociais e 1 ciências biológicas. Isso ocorre devido a diversas situações, problemas e um sistema educacional que é deixado de lado há anos e está, cada vez mais, priorizando a eficiência e rápida formação de força de trabalho para manutenção do capitalismo globalizado. Deixando de lado a educação para cidadania e reflexão crítica da realidade que priorize os/as marginalizados/as e excluídos/as.

Conclusão

A precarização do trabalho docente vem se intensificando nos últimos tempos. Isso se deve, em grande parte, ao sistema neoliberal e globalizado em que vivemos. Somos provocados e até obrigados a correr contra o tempo na luta por sobrevivência, em condições minimamente humanas. No trabalho docente não é diferente. Os/as professores/as se submetem a condições subumanas de trabalho. Chegam a trabalhar 60 horas semanais, muitas vezes sem formação adequada e em situação precária no que se refere a condições materiais e pedagógicas nas escolas. Além disso, assumem papéis que não deveriam fazer parte de suas responsabilidades, como é o caso dos docentes que atuam como pais, mães, psicólogos, assistentes sociais.

A consolidação da sociologia como disciplina obrigatória em todo o ensino médio é resultado de muitos anos de luta e persistência. Ela ainda caminha por um espaço instável, já que foi e deixou de ser obrigatória em diversos momentos históricos em nosso país. Entretanto, não podemos perder de vista as alternativas apontadas por movimentos, universidades, estudantes e professores preocupados com a permanência de uma disciplina escolar, cujos conteúdos de ensino possibilitam aos alunos conhecer os fundamentos das realidades e conflitos que envolvem nossa sociedade.

No caso de Joinville, percebemos que os/as docentes que atuam como professores/as de sociologia nas escolas da rede estadual de ensino são formados em áreas distintas, com destaque para história e filosofia. Ainda temos um longo caminho a percorrer nesse sentido, já que a cidade é voltada para áreas industriais e o incentivo para a formação em áreas humanas e de licenciatura é pequeno. Outra questão a ser discutida, que é um problema estadual e não apenas municipal, é o alto índice de docentes admitidos em caráter temporário, o que não gera nenhuma segurança e qualidade de vida e por sua vez de trabalho. Também percebemos, que por falta de força de trabalho adequada, a gerência de educação contrata profissionais que ainda não completaram sua formação acadêmica, o que acarreta mais problemas para o processo de ensino e aprendizagem, bem como para o sistema educacional.

A pesquisa realizada para a construção desse artigo revelou a necessidade da abertura de concurso público estadual para a contratação de professores/as, assim diminuindo o número de contratos temporários que em nada contribuem para uma educação plena. A pesquisa revelou também que o incentivo de novos cursos superiores

em áreas das ciências humanas se faz necessário em Joinville, bem como o fortalecimento dos cursos que já existem, principalmente, no que diz respeito à licenciatura. O cumprimento da lei do piso é imprescindível, da mesma forma que a construção de um plano de carreira justo, que valorize a docência. A eleição para as diretorias escolares é importante para não correremos o risco dos cargos comissionados se tornarem marionetes dos governos e não estarem realmente preocupados com uma educação de qualidade.

Por fim, são inúmeros os problemas enfrentados pelos/as professores/as das escolas estaduais de Joinville. Entretanto, também existem diversas alternativas para a melhoria e maior qualidade da educação tendo em vista a formação integral e plena dos seres humanos que precisam ser geradores de justiça, paz e igualdade.

Referências bibliográficas e eletrônicas

ANTUNES, Ricardo. Terceirização: porta de entrada para a precarização. Disponível em: <<http://www.adital.com.br>>. Acesso em: 23 maio 2012.

Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville – Ippuj. Joinville cidade em dados. Joinville, 2011. Disponível em: <<http://www.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/item/7-Cidade+em+Dados.html>> Acesso em: 31 de março de 2012.

JINKINGS, Nise. Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos. Revista Mediações, Londrina (PR), vol. 12, n. 1, p. 113-130, jan./jun. 2007.

JINKINGS, Nise. A Sociologia em escolas de Santa Catarina. Revista Inter-Legere, n. 9, p.103-117, jul./dez. 2011. Disponível em <<http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/09/interlegere.htm>>. Acessado em: 05 de abril de 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educação e Sociedade, Campinas (SP), v. 25, n. 89, p.1127-1144, set./dez. 2004.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 37. ed. Campinas: Ed. Autores Associados, 2005. 104p. (Polemicas do nosso tempo; 5)

SILVA, Ileizi Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. Cronos, Natal, v. 8, n. 2, p.403-427, jul./dez. 2007.

SILVA, Tania Elias. Trajetórias da sociologia brasileira: considerações históricas. . Cronos, Natal – RN, v. 8, n. 2, p. 429-449, jul./dez. 2007.

SINTE/SC exige objetividade e determinação nas negociações com o governo Disponível em: <<http://sintejoinville.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 06 jun. 2012.